

NOTÍCIAS DE GUIMARÃIS

JORNAL DEFENSOR DOS INTERESSES DO CONCELHO Agência em Lisboa — P. dos Restauradores, 13-3.º D. — Telefone 27136.

Redacção e Administração: R. da República, 45-47. Telef. 34. Secção de expediente e arquivos: L. Conselheiro João Franco, 30. Composição e Impressão: Tip. Minerva Vimaranesa

Director, editor e proprietário — ANTONINO DIAS PINTO DE CASTRO — Administrador — PEDRO NUNES DE FREITAS

GUIMARÃIS : eu te saúdo e bendigo!

Vinha, de há anos, esta campanha do monumento dos Mortos da Grande Guerra, felizmente, em curso, devido à solução dada pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal. Na sua resposta à Direcção da Sub-Agência da L. C. G. G. o sr. Presidente da Câmara exprimi-se de tal maneira e com tanta sinceridade, que eu me julgo na obrigação de amenisar, um pouco, a missão que a mim mesmo impuz, voluntariamente, sem obedecer a pedidos nem pressões de ninguém.

Assegurada a hospitalidade, sempre generosa, do «Notícias» inicie a campanha por duas razões: o muito amor que sempre tive à terra que me educou, na infância; o grande respeito que se deve aos mortos que se sacrificam pela Pátria. E, assim, penalizava-me, profundamente, o conceito em que Guimarães era tida, por ainda não ter levantado o seu monumento. A sua quietude e o seu silêncio, sobre o assunto, principiaram a preocupar, fortemente, o meu espírito; o tempo escasseava por virtude dos afazeres profissionais. Esperei, mesmo, que filhos de Guimarães que por cá andam e com muito mais valor, incontestavelmente, tomassem a iniciativa de tal empresa; não aconteceu, porém, o que se esperava; a minha previsão fôra errada.

Um dia, ouvi um ataque cerrado a Guimarães por não ter levantado, ainda, o seu monumento, quando Viana, por infantaria 3, e Braga, pelo 8 e 29, já tinham levantado os seus. Desde essa hora, desde esse momento, tomei a peito a questão: não desejava ver a minha Guimarães envergonhada por mais tempo. Mãos à obra. Não precisava que ninguém me passasse carta de alforria, alvará ou portaria, para tratar do assunto. Armado, apenas, com a autoridade moral de ter sido companheiro, em campanha, dos meus irmãos do regimento de infantaria n.º 20, lutei, devotadamente e insistentemente para engrandecer a terra que me educou e onde o meu coração, como a minha alma, criaram raízes, bem profundas do amor pátrio; lutei, com fé e com esperança dum dia ver os queridos mortos de infantaria n.º 20, glorificados no bronze, no mármore e no granito, num dos largos ou praças de Guimarães. Nunca a inesquecível generosidade do «Notícias» me negou, uma só linha e, foi isso que me animou e alimentou a fé e a esperança, que nunca me abandonaram.

De pequenos artigos, fui-me alongando, procurando atingir o fim a que me tinha proposto; o tempo passava e os frutos colhidos eram nulos; isso desgostava-me e, quasi me desanimava. O assunto estava já debatido e gastos os argumentos. Lembrou-me várias vezes a frase célebre dum estadista, ao ver que não tinha atingido um determinado fim: — «*temos de recomeçar*», e recomecei. Linguagem dura, incisiva e contundente? Sem dúvida, mas nunca com intenção ofensiva, e é isso que me absolve. Nem me parece que pudesse proceder doutra maneira; a jornada já ia muito adiantada e a alma vimaranense não tinha abandonado ainda o sono letárgico que dela se apoderara. De resto, se há doenças que cedem à aplicação de águas mornas, outras há que só o termo-cautério domina. A ideia foi, porém, germinando a pouco e pouco; uma vez por outra, alguém aparecia a dar-me a sua solidariedade; era bom sintoma. Solicitei, então, o valioso auxílio dum nome prestigioso que, tendo sido meu chefe na Grande Guerra — o ex.º sr. General Ferreira Martins — me não negaria, como ao «Notícias» e à cidade de Guimarães, o seu indispensável concurso. E não negou e, antes, acedeu gentil e prontamente. Pouco tempo depois a alma vimaranense vibrava, finalmente, e a Direcção da Sub-Agência da L. C. G. G. — meus irmãos na guerra como na paz — recebia, no dia 22 de Novembro, da Comissão Administrativa Municipal, a promessa solene de que o monumento seria um facto, a realizar em breve, dando o auxílio de 30.000\$000. Era a vitória! Era meio caminho andado!

* * *

E', agora, necessário que todos os vimaranenses se compenem do seu dever no tocante ao monumento, auxiliando prontamente, sem delongas, o gesto filantrópico do Município. Não caiamos, de novo, nessa apatia que não se compadece com o brio dum terra onde a filantropia foi sempre cultivada com amor e carinho. Concorrer para aumentar o património artístico da terra que foi — e será pela eternidade fora — o berço da nacionalidade, é dever não só de todo o vimaranense, como daqueles que, não sendo filhos de Guimarães, aqui têm o seu lar e auferem o necessário à vida e, até, o supérfluo à sua existência. O comércio, a indústria, as casas bancárias, as oficinas, os hotéis, os clubes desportivos, as associações de classe, etc., todos devem esforçar-se para que vá por diante o monumento que há-de glorificar os Mortos da Grande Guerra, honrando Guimarães, que é o mesmo que nos honramos a nós próprios. Que papel brilhantíssimo podia — e devia — desempenhar a mocidade das escolas, sobretudo a do liceu, na angariação de donativos para o monumento? Que satisfação espiritual não sentirão os homens de amanhã, ao passar, daqui a 15 ou 20 anos, diante do monumento, podendo dizer consoladoramente: — «*Foi a Academia do meu tempo que o ajudou a levantar!*» Qual será a senhora vimaranense que negue o seu concurso à capa de um estudante da sua terra? E porque não há-de a Academia fazer uma festa, exclusivamente sua, para auxiliar o monumento? Trabalhem, todos, com afinco, para incentivo dos vindouros e para honra e glória de Guimarães; o que nós fruimos vem dos nossos antepassados; imitemo-los, que é o nosso dever; é o dever de quem prese e ame a sua terra; e engrandecendo a nossa terra, engrandecemos, também, a Pátria!

O tempo urge e há duas datas — 9 de Abril e 11 de Novembro — destinadas à inauguração do monumento, o que não quer dizer que ele se não possa inaugurar em qualquer outra; o que é necessário é não deixar perder o que se ganhou que, parecendo pouco, é muito e, talvez, muitíssimo. Que todos os vimaranenses que contribuírem para o monumento aos Mortos da Grande Guerra, sintam, no dia da sua inauguração, o prazer espiritual que invade a alma daquele que, ao fim de 50 anos, teve a ventura de prestar este tam pequeno, quanto insignificante serviço, à sua querida Guimarães. Não havendo, por impossível, tempo para inaugurar o monumento no dia 9 de Abril, alguma coisa se pode — e deve — fazer para assinalar esse dia, à falta de melhor. Escolhido o local onde deve ser levantado o monumento e convenientemente vedado, desde logo, se não se puder proceder, no dia 9 de Abril, ao lançamento da primeira pedra, poderia, ao menos, nesse dia, fazer-se uma romagem ao local e cobri-lo de flores, iniciando, assim, a nossa gratidão para com a memória dos mortos que a guerra nos arrebatou. E' pouco, sem dúvida, mas mais vale pouco que nada. A Câmara, os antigos combatentes, o funcionalismo e o povo prestariam, deste modo, a sua primeira homenagem pública e solene aos filhos de Guimarães martirizados nos campos da batalha. Urge que Guimarães se levante no conceito dos seus habitantes e, especialmente, dos concelhos vizinhos. Urge que Guimarães retome o seu lugar de destaque, de outrora, impondo-se à consideração, como ao respeito, que lhe advém dos seus foros e dos seus pergaminhos de bérço da nacionalidade e da nossa independência que, D. Afonso Henriques, arrancou, esforçadamente, como guerreiro audaz e intemerato ao reino de Leão. O dia da inauguração do monumento, quero crê-lo, há-de ser um dia de retumbância festiva para todo o concelho, que é o mesmo que dizer para a alma vimaranense que, de corações ao alto e com os olhos no azul puríssimo do céu, bem dirá, certamente, a hora da sua redenção. E, depois, só depois, se calará, para sempre, envergonhada de si mesmo, as criaturas, de língua acerada e alma vil, que não acreditaram na redenção de Guimarães. Talvez que esse dia, memorável na sua história, seja o início dum era de paz indispensável e necessária ao seu bem estar, que é, também, o bem estar de todos os vimaranenses. Guimarães: — eu te saúdo como educadora do meu espírito e acalentadora dos sonhos da minha infância; eu te bendigo como mãe carinhosa dos órfãos e protectora desvelada dos velhinhos.

Lisboa, Janeiro de 1935.

MANUEL DE GUIMARÃIS.

VISADO PELA CENSURA.

Espinhos e acúleos

I
A mulher que se derreta
Em jurar amor ardente,
Use ao peito a taboleta:
«Que quem mais jura mais mente».

II
«Quem fôr amigo de todos
Não o será de ninguém»;
Só a amizade tem modos
De pôr mau olhado a alguém.

III
Ter inveja é deslucivar
Naquele que a procurou;
O ríflão é professor:
«Nunca o soberbo medrou».

IV
Se tu vives apertado
Poupa a vida que te resta;
Trabalha e sé moderado,
«Manca ovelha não tem sesta».

V
Ao pobre não negues pão
Nem te canses rogos seus;
A' esmola que lhe dão
— «Seja pelo amor de Deus»!

VI
Homem que «vende cabritos
E cabras suas não tem»,
Se não comete delitos
Fulge como homem de bem.

VII
«Ninguém pode ser juiz
Em causa própria» — Má crença.
; Quem à Humanidade diz
Dar-lhe favónia sentença?

L. COELHO.

COISAS & LOISAS

ESCOLAS DE S. FRANCISCO

Não obstante tratar-se duma justa pretensão — aquela que a Mesa da V. O. T. de S. Francisco tem no sentido de serem convertidas em oficiais as escolas que funcionam, há mais de cinquenta anos, nesta Casa de Caridade, essa pretensão continua a não ser atendida. Sem me interessar a discussão das razões que levam as instâncias superiores a não atender tal pedido, interessa-me, todavia, frizar que o facto de terem sido oficializadas outras escolas, para cujo fim não devem ter concorrido mais atenuantes do que aquelas que dizem respeito às de S. Francisco. Se, porventura, se tratasse de abrir um precedente contrário ao que está determinado por lei, nesse caso não haveria razão nem mesmo autoridade moral para fazer aos poderes públicos tal pedido. Mas, pelo contrário, nem se trata de abrir um precedente nem de pedir uma coisa que não esteja prevista na legislação vigente. E porque assim sucede, entendo — salvo melhor opinião — que se deve insistir no pedido de oficialização das referidas escolas, pedido que deve ser patrocinado pelas entidades oficiais desta terra, porque são estas, sobretudo, que mais podem fazer, quer interessando-se directamente junto do Poder Central, quer fazendo-o por intermédio de sua ex.ª o Chefe do Distrito, o qual, naturalmente, não se recusará a intervir num assunto desta ordem, importante sob todos os pontos de vista, mas principalmente pelo muito que alivia os encargos da dita instituição de beneficência, que vive à custa de recursos muito reduzidos. E' este um dos motivos que mais deve contribuir para a oficialização daquelas escolas, assim como para convencer os homens que estão à frente dos destinos de Guimarães a não deixarem perder a oportunidade de tratar, com todo o afinco, deste caso, auxiliando, desta forma, a petição feita pela Mesa da mesma Ordem, que, muito criteriosamente, reconheceu a necessidade e a vantagem de pedir a passagem das escolas à categoria de oficiais.

Sou um desinteressado, e, portanto, julgo-me no pleno direito de falar tão claramente sobre este facto, visto que ninguém me pode acusar de defensor de interesses pessoais. Defendo — e defenderei sempre — os interesses desta Casa de Caridade e, bem assim, os de qualquer outra, porque a caridade sem protecção não pode existir. Se há virtudes que nos possam dignificar, nenhuma é mais sagrada do que aquela que incute no nosso espírito o Amor do próximo, socorrendo cada um a pobreza conforme o alcance das suas posses e não a desprezando como tão crimosamente algumas pessoas fazem, esquecendo-se das misérias dos seus semelhantes para se lembrarem, apenas, das suas deitadas comodidades, que chegam, por vezes, a ser uma provocante afronta à vida miserável de tantas e tantas criaturas, que nascem e vivem ignoradas pela sorte! E como, infelizmente, isto se verifica com frequência, necessário se torna que o Estado, pelo que lhe diz respeito, auxilie — tanto quanto possível — as casas de beneficência, facilitando e ampliando a sua esfera de acção, que é, afinal, aquilo que se pede para a V. O. T. de S. Francisco de Guimarães, que, apesar de viver com grandes preocupações e com accentuadas dificuldades, não tem deixado de prestar a muitos infelizes a sua generosa protecção. Digna é, pois, de todo o auxílio, quer particular, quer oficial. Que seja assim são os meus desejos.

MAS QUE PORCARIA!

Quem passar na rua da Arrochela não pode pôr de parte a impressão de que estamos numa terra onde a limpeza e a higiene estão postas de parte por completo. E' tanta a porcaria, é tanta a imundície, que o estômago dificilmente pode resistir a uma revolta dos alimentos ingeridos, quando, por necessidade, alguém precise de passar por lá...

Não se compreende semelhante desprezo por D. Limpeza, somente justificável naquelas terras onde ainda não tenham chegado os princípios mais rudimentares da civilização. Já que outra coisa não temos, pelo menos sejamos limpos e não se deixe *rastejar* tanto o progresso de Guimarães, há muito na *agonia*!...

UMA VISITA

A Imprensa deu a notícia de ter estado nesta cidade, há dias, o sr. Governador Civil do Distrito. Sua ex.ª, que esteve no edifício da Câmara, devia ter sido abordado, por quem de direito, sobre as probabilidades de Guimarães conseguir aquilo que pretende reaver. Embora outros assuntos trouxessem cá a ilustre Autoridade, é de crer que não deixasse de se falar nas pretensões dos Vimaranenses, o que mais interessa presentemente.

O POVO QUERE LUZ!

Estando nós em pleno século XX — o século das luzes — não admira que o povo queira luz, muita luz, uma das primeiras necessidades dos nossos primitivos semelhantes. E tanto assim, que, na criação do mundo, envolto em trevas, uma das primeiras preocupações do Criador foi a existência da luz, que apareceu no primeiro dia. Não é de estranhar, pois, que os habitantes da Madre-de-Deus, Cruz de Argola, Campelos, etc., tenham feito uma representação à Câmara no sentido de ser instalada nestas povoações a corrente eléctrica, o que muito os beneficiará. Eu sei, por infor-

Á MINHA VIZINHA DAS ÁGUAS-FURTADAS...

O sonetinho que ontem te mandei
Num envelope azul e perfumado,
Guarda-o no coração que a êle, eu sei,
Ficará, tôda a vida, aconchegado...

Não te esqueças regar, com mãos de amor,
Teu craveiro que espreita à janelinha...
Tem cravos como as chagas do Senhor
E outros mais branquinhos que a farinha...

Na tua alta e rústica trapeira
Vejo o sol, todo em ouro, a afagar-te...
Ai! que ciúme eu tenho e que cegueira
Me faz esse senhor que vai beijar-te!...

Ouço-te a chilrear, triste canário,
No teu quarto sem luz, sem aconchego,
Aquele fado triste que o Hilário
Cantou nas lindas margens do Mondêgo!

Quando passas p'rá missa, levezinhas,
São como um ciciar tuas passadas...
Até na própria rua as pedrazinhas
Que pisas por ti rezam enlevadas!...

Dizes a tôda a gente, com tristeza,
Que vives da costura pobrezinha...
Pois queres, meu anjo, outra riqueza
Que ser, por tuas mãos, assim purinha?...

Fica-te bem o preto. Até a neve
Realça com mais brilho do teu peito...
Passas como a andorinha doce e leve
Deixando mil perfumes nesse jeito...

Trago-te nos meus olhos, tam cingida,
Que vejo o teu retrato em sua luz...
Sonho que perderei, sorrindo, a vida
Nos braços que abrirás, p'ra mim, em cruz...

Janeiro de 1935.

Delfim de Guimarães.

mações que reputo certas, que a C. A. do Município argumenta com a falta de recursos para poder satisfazer os desejos dos reclamantes, mas, sei também — e com absoluta certeza — que há quem se prontifique a proceder aos referidos melhoramentos sem quaisquer encargos para o cofre municipal. E no caso de alguém duvidar desta minha afirmação, nenhuma dúvida tenho em mencionar o nome da pessoa a quem me quero referir. A C. A. do Município apenas tem de conceder autorização para efectivação dos melhoramentos indicados. Ora, estando as coisas neste pé, suponho que tudo se pode conseguir, e isso deve ser motivo de grande satisfação para as pessoas que estão à frente dos destinos deste concelho, que, com mais obrigação do que ninguém, devem facilitar o aproveitamento da iniciativa particular, assim como contribuir — tanto quanto possível — para o bem estar dos municípios.

E dito isto, nada mais será preciso para que a citada C. A. pondere bem este assunto, procurando, de harmonia com o que aqui fica dito, satisfazer as justas pretensões dos habitantes da Madre-de-Deus, Cruz da Argola, Campelos e outros. Por outro lado, é preciso ter em vista que está naturalmente indicado que é a electricidade que — num futuro mais ou menos próximo — há-de substituir a luz mortíca da candeia e, por conseguinte, é ela que há-de espalhar grandes benefícios por tôda a parte, desde as cidades até às aldeias consideradas sertanejas. Portanto, mãos à obra, não deixando de se aproveitar a boa vontade, o esforço e a iniciativa de quem se prontifica a cooperar nesta obra de tão importante alcance.

Como está na ordem do dia o assunto «luz» — aquele que está ligado ao primeiro órgão dos sentidos — vem a propósito lembrar a necessidade de mandar iluminar a estrada da Costa, o bairro operário da Estrada de Fafe e a rua Capitão Alfredo Guimarães. Sobre esta existem várias petições na Câmara, sendo de tôda a justiça que esta artéria da cidade não continue nas trevas. Já há tempos falei neste caso, apelando para o digno vereador da luz, e hoje novamente recorro à sua valiosa interferência e ao seu prestimoso bairrismo, como bom filho que é de Guimarães.

Hoje, que estou com boa disposição para falar de luz, uma pergunta: «Quando será resolvido o problema da iluminação pública e particular? Os consumidores continuam na incerteza do futuro, sobretudo depois da troca daquelas notas oficiais que vieram a público, quer por parte dos concessionários, quer por parte da C. A. Municipal.

Disse-se — e isso não deve ter sido

NOTÍCIAS DE GUIMARÃIS

JORNAL DEFENSOR DOS INTERESSES DO CONCELHO — Agência em Lisboa — P. dos Restauradores, 13-3.º-D. — Telefone 27136

Crónica Desportiva

Da Direcção do «Foot-Ball Club de Fafe» recebemos, com pedido de publicação, a seguinte

NOTA OFICIOSA:

A Direcção do «Foot-Ball Club de Fafe» tendo conhecimento de que um membro da Direcção da A. F. de Braga, residente nesta vila, declarou, quando do inquérito aos incidentes ocorridos durante o jogo «Comercial-Sporting de Fafe», no Campo de S. Jorge, em 1 de Janeiro corrente, que os desactos praticados foram efectuados por sócios do nosso Club, vem publicamente desmentir tal afirmação que não passa duma simples calúnia. Esta Direcção acaba de solicitar, da Ex.ª Direcção da A. F. de Braga, providências para apuramento da verdade tão levemente ofendida.

Fafe, 17 de Janeiro de 1935.

A Direcção do Foot-Ball Club de Fafe.

A' Federação Portuguesa de Foot-ball Association

Ex.ªs Snrs. Directores

Referem-se V. Ex.ªs numa parte da última nota officiosa, dada aos jornais, a incidentes havidos em diversas terras do país e apelando para a imprensa, no intuito de elevar o sentido desportivo das populações, para melhor compreensão da verdade do — Desporto.

Vimaranenses que somos, sentimos todo o alcance da referência, como la-

mentamos os acontecimentos de que esta cidade foi teatro, que, do eco produzido, visto à lupa do exagêro, algo de deprimente teve para o bom nome de Guimarães.

Mas, como os acontecimentos não brotam espontaneamente, nem são actos de magia, eles tem causas diversas: umas, velhas como a lenda, servem ainda de propósito para as brigas de hoje — são as rivalidades cidadinas; outras, mais modernas, são o amor cego, vendado pelo desejo do seu grupo, do seu Club ser melhor, jogar melhor, que os demais.

Mas se a primeira destas duas causas, é o reflexo da história de questões antigas, mal envolto de cinzas velhíssimas, encerram ainda um brazume pouco extinto, que uma brisa leve, um sópro inconsciente, atíça em incêndio de desordens, com o vasto estendal de misérias fratricidas, a segunda causa, se tem a perdoá-la a dedicação extrema dos seus adeptos, esse extremismo é uma venda que inibe de apreciar condignamente o valor e a acção do adversário.

Merecem V. Ex.ªs a minha admiração, por enveredarem pelo caminho mais propício, para a elevação e entendimento da acção do Desporto no vosso apêlo à imprensa, porque se é notável, a falta duma orientação educativa, é também notável, a crise de bons dirigentes: talvez seqüência da falta de educação.

Os factos sucedidos nesta cidade, mais lamentáveis do que graves, alarmados desprimorosamente para atingir o nome respeitável duma população se por vias do foot-ball tiveram a sua eclosão, não foi todavia a sua causa directa, mas sim, a qualidade de vimaranenses atingida por provocações duma velha rival.

Há, portanto, duas causas bem distintas: o foot-ball e antiqüíssimas rivalidades. — Mesclarem estes antagonismos, é a deflagração continua de conflitos graves.

Os vimaranenses, fiquem certos V. Ex.ªs, sabem como ninguém, cumprir os deveres de hospitalidade, mas têm orgulho, orgulho de que não abdicam, de responder também, como ninguém, a enxovalhos e insultos recebidos.

Que a paz paire sempre alto neste momento que a guerra espreita de todos os lados e que o Desporto, arma essencial de paz, sirva de concórdia e aperte laços de indissolúvel amizade entre os povos, dando-lhe assim a aplicação mais apropriada e condizente com os seus elementares princípios.

Tenham V. Ex.ªs a convicção de que a imprensa se desempenhará, do apêlo que V. Ex.ªs lhe dirigiram, com a satisfação de ver progredir uma causa que sendo essencialmente boa, a verdade, a incompetência e a incultura a têm tornado excepcionalmente má.

Janeyro, de 1935

De V. Ex.ªs,

A. F. J.

ANUNCIO

Por escritura de 15 de Junho de 1933, lavrada pelo notário Jerónimo Pereira Gonçalves Júnior, Delães, Famalicão, foi constituída, entre Joaquim Marques, António Gomes e António Machado, uma sociedade por cotas, de responsabilidade limitada, a qual se regerá pelos artigos seguintes:

1.º

Esta sociedade adopta a firma Marques & C.ª, Limitada, tem a sua sede e estabelecimento na freguesia de Ronfe, do concelho de Guimarães, sendo o seu objecto o exercicio da industria de tecelagem de

algodão e de qualquer outro ramo de industria e comércio que os sócios resolvam explorar, e a sua duração é indeterminada, a contar de hoje.

2.º

O capital social é de 21.000\$00, em dinheiro, e acha-se integralmente realizado, sendo de 7.000\$00 a cota de cada sócio.

3.º

A sociedade será representada em juízo e fora d'êlo, activa e passivamente, por qualquer dos sócios, que ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução e uso da firma, a qual, al ás, só poderá ser empregada nos actos e contratos que respeitem ás operações e negócios sociais e nunca em letras de favor, fianças, abonações e quaisquer outros documentos estranhos.

4.º

A retribuição dos gerentes será fixada de acôrdo entre êles, reduzida a uma acta.

5.º

Nenhum dos sócios poderá, sem prévio consentimento da sociedade, ceder a sua cota a estranhos ou qualquer parte dela. É único. A cessão total ou parcial de cotas entre sócios é livre.

6.º

É dispensada a autorização especial da sociedade para a divisão de cotas por herdeiros de sócios.

7.º

Os balanços sociais serão anualmente fechados em 31 de Dezembro e deverão estar concluidos e aprovados dentro dos sessenta dias subsequentes.

8.º

Os lucros líquidos da sociedade, depois de retirados 5 por cento para fundo de reserva, serão divididos pelos sócios com perfeita igualdade e na mesma proporção suportados os prejuizos, se os houver.

9.º

Em todo o omissio regularão as disposições legais applicáveis.

Por escritura de 3 de Agosto de 1934, lavrada pelo mesmo notário, o sócio António Gomes, da mesma sociedade, fez cessão aos seus dois consócios Joaquim Marques e António Machado, metade a cada um, da cota de 7.000\$00 que possuía na referida sociedade.

Por escritura de 4 de Outubro de 1934, lavrada pelo dito notário, o capital desta sociedade, que era de 21.000\$00, foi elevado a 80.000\$00 pela admissão de dois novos sócios, Josefa Gonçalves e Manuel Gonçalves, sendo a cota de cada um destes de 20.000\$00, e ainda pelo reforço das cotas dos dois antigos sócios Joaquim Marques e António Machado, cada um dos quais aumentou a sua cota para 20.000\$00.

Ficou, pois, alterado o artigo 2.º do pacto social e substituído pelo seguinte:

ARTIGO 2.º

O capital social, já integralmente realizado, é de 80.000\$00, em dinheiro, sendo de 20.000\$00 a cota de cada um dos quatro sócios.

Também foi alterada a firma social, que ficou substituída pela seguinte: «Marques, Gonçalves & C.ª, Limitada».

As referidas alterações produzem os seus efeitos legais desde 4 de Outubro de 1934.

O melhor Café é o d' A BRAZILEIRA

Oliveira & Silva, Sucessor

Praça D. Afonso Henriques

NOVIDADES EM

Tecidos de lã para vestidos,

Panos para casacos,

Veludos, Peles e Lãs em fio.

OS MELHORES PREÇOS

TIPOGRAFIA **M**INERVA **V**IMARANENSE

Execução esmerada de todos os trabalhos. Impressões em cores e preto. Encadernação. Livraria editora.

Rua 31 de Janeiro, 133 -- GUIMARÃIS

ATELIER DE DEBUXOS

DE

DOMINGOS ALVES

Covas - Guimarães

Executa, com a máxima regularidade, colchas e cobertores de damasco e algodão e toalhas em todos os estilos assim como debuxos para maquinas, etc.

AMERICAN-BOSCH

Aparelho de telefonia sem fios de fácil sintonização, linhas modernas e elegantes, sem portas, mas completamente fechado.

São estas algumas das vantagens que oferece o AMERICAN-BOSCH.

O modelo 360-W. de 7 lâmpadas — equivalência de 11 lâmpadas — encerra os maiores aperfeiçoamentos em aparelhos de T. S. F.

O nome, já de si bem conhecido em todo o mundo, do AMERICAN-BOSCH, constitue uma garantia para aquêles que apreciam a verdadeira jóia da moderna engenharia de rádio.

Rádios Receptores de vários modelos, desde 1.100\$00 a 5.000\$00.

AGENTES EM GUIMARÃIS:

Gomes Alves, Matos & C.ª

PRAÇA D. AFONSO HENRIQUES, 68, a quem podem ser pedidas demonstrações.

NOTÍCIAS DE GUIMARÃIS

Jornal defensor dos interesses do Concelho. PUBLICA-SE AOS DOMINGOS.

Expediente e Arquivos: LARGO CONSELHEIRO JOÃO FRANCO, 30

Ex.ª Sr.